



**PAUTA
PARA A 121ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 30 DE AGOSTO DE 2013**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 562, de 2013, de autoria do deputado Adilson Rossi. Declara de utilidade pública a "Sociedade Beneficente São Francisco de Assis de Tupã".

2 - Projeto de lei nº 563, de 2013, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Dá a denominação de "Soldado PMRv Diego Apolinário Garcia" ao viaduto localizado na Rodovia SP 344, que interliga o município de Aguaí a São João da Boa Vista, no km 205+50m, am Aguaí.

3 - Projeto de lei nº 564, de 2013, de autoria da deputada Heroilma Soares Tavares. Institui o "Programa de Atendimento ao Parto sem Dor - PAPS", destinado às gestantes do Estado de São Paulo.

4 - Projeto de lei nº 565, de 2013, de autoria do deputado Roberto Engler. Declara de utilidade pública a "Associação Encontro com a Vida", em Cristais Paulista.

5 - Moção nº 68, de 2013, de autoria da deputada Heroilma Soares Tavares. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que engendrem esforços no sentido de agilizar a aprovação do Projeto de Lei que regulamenta o exercício da atividade de Historiador.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 29, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 1.111, de 2010, que institui o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de lei Complementar nº 30, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre os vencimentos dos servidores integrantes das classes regidas pela Lei Complementar nº 1.111, de 2010.

3 - Moção nº 67, de 2013, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Ministério de Minas e Energia e à Agência Nacional de Energia Elétrica no sentido de que a Resolução nº 414/10 seja revogada ou tenha sua aplicação prorrogada, evitando desta forma que os municípios passem a assumir a responsabilidade pela manutenção da infraestrutura de iluminação pública como postes, lâmpadas e reatores a partir de 31 de janeiro de 2014.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 28, de 2013, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dispõe sobre a designação de policiais militares da reserva e reformados para o serviço ativo, altera o quadro do efetivo de Subtenentes e Sargentos e acelera a promoção à graduação de Cabo PM dos Soldados PM de 1ª Classe após 10 (dez) anos de efetivo serviço.

2 - Projeto de lei nº 553, de 2013, de autoria do deputado Sebastião Santos. Autoriza a criação do Centro de Informação e Atendimento sobre a Violência e o Abuso Sexual Contra a Criança e o Adolescente.

3 - Projeto de lei nº 554, de 2013, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dá a denominação de "Celina Berti de Barros" à ponte localizada no km 172 da Rodovia SP 300, em Laranjal Paulista.

4 - Projeto de lei nº 555, de 2013, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dá a denominação de "Carlo Di Cola" ao viaduto localizado no km 142,500 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em Alambari.

5 - Projeto de lei nº 556, de 2013, de autoria do deputado Alcides Amazonas. Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Financiamento pró-escolar, através de linha de crédito especial junto ao Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., para aquisição de veículos de transporte escolar urbano.

6 - Projeto de lei nº 557, de 2013, de autoria da deputada Célia Leão. Declara de utilidade pública o CRAJ, Centro de Referência e Apoio à Juventude de Pirangi, em Pirangi.

7 - Projeto de lei nº 558, de 2013, de autoria do deputado Sebastião Santos. Torna obrigatória a disponibilização de cadeira de rodas nas repartições públicas estaduais.

8 - Projeto de lei nº 559, de 2013, de autoria do deputado Rafael Silva. Obriga as concessionárias de pedágio das rodovias paulistas a afixarem cronograma de obras nos trechos sob sua concessão.

9 - Projeto de lei nº 560, de 2013, de autoria do deputado Marcos Neves. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Bourbon Street Festival", realizado na Capital.

10 - Projeto de lei nº 561, de 2013, de autoria do deputado Roberto Massafera. Declara de utilidade pública a Associação Juventude e Amigos Unidos do Balneário Aristides Coló - Jaubac, em Jaú.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 549, de 2013, de autoria do deputado José Bittencourt. Dispõe sobre a instalação de caixas eletrônicos adaptados para o uso por pessoas com deficiência.

2 - Projeto de lei nº 550, de 2013, de autoria do deputado Sebastião Santos. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Centro Educacional para Portadores de Autismos".

3 - Projeto de lei nº 551, de 2013, de autoria do deputado Roque Barbieri. Dá a denominação de "José Amadeu" ao viaduto localizado na Rodovia Gabriel Melhado - SP 461, km 20+340 metros, que dá acesso à Avenida Paulo da Silva Nunes, em Birigui.

4 - Projeto de lei nº 552, de 2013, de autoria do deputado João Caraméz. Dá denominação de "Eng. José Roberto dos Santos" ao viaduto localizado no km 17+755 metros da Rodovia Gabriel Melhado - SP 461, em Birigui.

5 - Moção nº 62, de 2013, de autoria do deputado Roberto Engler. Apela para a Sra. Presidente da República para que empreenda esforços no sentido de

determinar medidas que impeçam o corte dos repasses do Governo Federal para as APAEs, permitindo que as associações continuem prestando seu imprescindível e insubstituível trabalho no atendimento às crianças portadoras de necessidades especiais.

6 - Moção nº 63, de 2013, de autoria do deputado Roberto Engler. Apela para o Sr. Presidente do Senado para que empreenda esforços no sentido de determinar medidas que impeçam o corte dos repasses do Governo Federal para as APAEs, rejeitando a proposta de fim do repasse de verbas dos recursos advindos do FUNDEB, permitindo que as associações continuem prestando seu imprescindível e insubstituível trabalho no atendimento às crianças portadoras de necessidades especiais.

7 - Moção nº 64, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Apela para os Srs. Presidente do Senado Federal e Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes dos partidos com assento naquelas Casas Legislativas, a fim de que empreendam esforços para que no Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, de iniciativa da Presidência da República, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências, seja mantida a redação da Meta 4.

8 - Moção nº 65, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério da Educação que sejam empreendidos todos os esforços necessários para que o texto do documento da CONAE (Conferência Nacional de Educação) 2014, contido no Eixo VII, número 488, item VII, seja alterado para: "o número de matrículas em educação especial, ofertadas por organizações filantrópicas, comunitárias e confessionais parceiras do poder público, seja assegurado e contabilizado para fins de financiamento com recursos públicos da Educação Básica".

9 - Moção nº 66, de 2013, de autoria do deputado Roberto Massafera. Apela para os Srs. Presidente do Senado Federal e Presidente da Câmara dos Deputados, bem como aos líderes dos partidos com assento naquelas Casas Legislativas, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de lei n.º 4434, de 2008, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária, seja aprovado com a máxima brevidade possível.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 79, de 2011, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública o "Projeto Recriando", em Mococa.

2 - Projeto de lei nº 136, de 2012, de autoria do deputado Pedro Bigardi. Declara de utilidade pública a "Associação Cristã de Osasco", naquele Município.

3 - Projeto de lei nº 660, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Festa do Peão" em Ipaussu.

4 - Projeto de lei nº 247, de 2013, de autoria do deputado Fernando Capez. Declara de utilidade pública a "Santa Casa de Misericórdia de Fartura".

5 - Moção nº 109, de 2012, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de defender e fazer valer, em todos os seus termos, as prerrogativas que lhes são afetas quanto à declaração de perda de mandato parlamentar nos casos de condenação criminal transitada em julgado, nos termos do que dispõe os artigos 15, inciso III, e 55, inciso VI e § 2º, da Constituição Federal.

6 - Moção nº 41, de 2013, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Apela para o Sr. Presidente do Congresso Nacional a fim de que, através dos órgãos competentes, apresente Proposta de Emenda à Constituição que altere o parágrafo oitavo do artigo 201 da Magna Carta.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 118, de 2013, de autoria do deputado Chico Sardelli. Institui o "Dia Estadual dos Animais".

2 - Moção nº 44, de 2013, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais. Protesta veementemente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, em face da nomeação da Sra. Norma Sueli Buonacorso na Superintendência da Polícia Técnico-Científica, por sua responsabilização na demora da identificação das ossadas de Perus.

3ª Sessão

1 - Moção nº 92, de 2012, de autoria da deputada Regina Gonçalves. Apela para os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e Lideranças Partidárias para a rápida tramitação e aprovação do PL nº 4.563/12, que altera a Lei 9.250, de 1995, permitindo a dedução do valor dos gastos com medicamentos na apuração do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.

2 - Moção nº 105, de 2012, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Ministro da Fazenda a agilização da aprovação das medidas de unificação do ICMS, de modo que elas possam começar a vigorar a partir do próximo ano, e não apenas em 2014.

3 - Moção nº 7, de 2013, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que seja derrubado o Veto Presidencial ao Projeto de Lei Complementar 114, de 2011, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

4 - Moção nº 20, de 2013, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Ministro da Fazenda, ao Ministro da Educação e ao Ministro da Previdência Social que façam gestões junto ao Congresso Nacional para permitir a opção das cooperativas educacionais ao sistema de tributação do Simples Nacional (LC 123/2006).

5 - Moção nº 26, de 2013, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Apela para a Sra. Presidenta da República para que se digne, através dos órgãos competentes, reduzir o IPI e o eventual Imposto de Importação para os veículos elétricos ou híbridos, estes últimos que utilizam, como uma das suas fontes de energia, também a eletricidade.

6 - Moção nº 27, de 2013, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Apela para a Sra. Presidenta da República para que se digne, através dos órgãos competentes, desenvolver a aviação comercial regional brasileira, isentando de todas as taxas e tributos sobre esta aviação; criando linhas de créditos públicas diferenciadas para as companhias aéreas que atuarem nos destinos regionais, que façam as praças no interior do País.

7 - Moção nº 36, de 2013, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Apela para os Srs. Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Líderes Partidários, para que o Projeto de Lei nº 4627/2012, apensado ao Projeto de Lei nº 7172/2010, que altera o inciso XV do art. 6º da Lei nº 7.713/1988, garantindo aos idosos isenção do imposto de renda, nos termos em

que específica, seja apreciado e aprovado com a máxima brevidade possível.